



SENADO FEDERAL

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2005

(Nº 1.025, de 2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovado pela Decisão nº 9/99 do Conselho do

Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e da nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000, a qual amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998, ambas negociadas ao amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Listas, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra a vigor na data da sua publicação.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 1/00

**PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÃO DE COMPROMISSOS
ESPECÍFICOS EM MATÉRIA DE SERVIÇOS**

TENDO EM VISTA: o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 13/97, 5/98 e 12/98 do Conselho do Mercado Comum, a Resolução Nº 73/96 do Grupo Mercado Comum e a Recomendação Nº 1/00 do Grupo de Serviços

CONSIDERANDO:

Que o Protocolo de Montevideo dispõe que os Estados Partes levarão a cabo rodadas anuais de negociação a fim de completar em um prazo máximo de dez anos, apartir de sua entrada em vigência, o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL

Que no Protocolo de Montevideo foi atribuída ao Grupo Mercado Comum a competência para a negociação de serviços no MERCOSUL.

Que de acordo ao estabelecido na Ata CMC Nº 4/98, convocou-se a realização da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos.

**O CONSELHO DO MERCADO COMUM
DECIDE:**

Art. 1- Dar por concluída a Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços.

Art. 2 - Aprovar as Listas de Compromissos Específicos dos Estados Partes do MERCOSUL, resultantes da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, que constam no Anexo I e formam parte da presente Decisão.

XVIII CMC - Buenos Aires, 29/VI/00

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a representative of the Mercosul Council of Ministers.

BRASIL - NOVA ABERTA EM TELECOMUNICAÇÕES

Modos de Prestação:

1) Transfronteiriço		2) Consumo no Exterior	3) Presença Comercial	4) Presença de Pessoas Físicas
Setor ou Sub-setor	Limitações de Acesso ao Mercado	Limitações Relativas ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
<u>2) C. Serviços de Telecomunicações:</u> (i) Serviço de Valor Adicionado não é definido pela legislação brasileira como serviço de telecomunicações. Pode ser prestado sem restrições e aos seus prestadores é assegurado o acesso e o uso pleno de serviços de telecomunicações, em termos e condições não discriminatórias. (ii) A presente Lista não inclui qualquer compromisso com relação às atividades cujas informações são transmitidas por serviços de telecomunicações. O conteúdo e o tratamento de tais atividades são disciplinados pelas áreas correlatas às atividades em questão. (iii) O Poder Executivo, em virtude de prerrogativas legais, poderá vir a estabelecer limites à participação estrangeira no capital de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. (iv) O sub-setor (g) - aluguéis de circuitos privados - abrange a locação de meios em qualquer infraestrutura de rede para movimento de arquivos de telecomunicações, o que inclui o fornecimento de capacidade em segmento espacial de satélites que ocupam posições orbitais incluídas pelo Brasil e por países estrangeiros. (v) O fornecimento de capacidade em segmento espacial de satélites que ocupam posições orbitais incluídas por países estrangeiros será permitido sempre que estes sistemas ofereçam melhores condições técnicas, operacionais ou comerciais. Caso contrário, deverão ser escolhidos satélites que ocupem posições orbitais incluídas pelo Brasil. Decisões regulamentares sobre este assunto serão tomadas em processo transparente, objetivo e não discriminatório. (vi) Estão excluídos desta Lista os serviços de telecomunicações utilizados para eleitor a distribuição de programação de rádio e TV diretamente para usuários finais.				
Todos os Serviços	3) As licenças serão outorgadas somente a empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, em que a maioria das cotas ou ações com direito a voto não que pertencer a pessoas físicas residentes no Brasil ou a empresas constituídas sob as leis brasileiras e cuja sede e administração no País.		Ver "Documento de Referência" em anexo, com notas adicionais.	
Não é permitida a revenda				

Sector ou Sub-sector	Limitações de Acesso ao Mercado	Limitações Relativas ao Tratamento (Nacional)	Compromissos Adicionais
Os serviços listados abaixo têm abrangência local, longa distância nacional e internacional, para uso público e não público e podem ser suportados por qualquer infra-estrutura de rede (cabo, enlaces radioelétricos, satélites)	1. Nenhuma	1. Nenhuma	Ver "Documento de Referência" em anexo, com notas explicativas.
a) Serviço telefônico (CPC 7521)	2. Nenhuma	2. Nenhuma	
b) Serviço de comunicação de dados por computador e pacotes (CPC 7523 **)	3. Até 31.12.2003, serão permitidos, no caso de serviço telefônico para uso público, até duas operadoras no serviço telefônico local, longa distância inter-regional e internacional e até quatro operadoras no serviço telefônico de longa distância intra-regional. Após esta data, outras licenças poderão ser outorgadas.	3. Nenhuma	
c) Serviço de comunicação de dados por computador de circuitos (CPC 7523 **)			
d) Serviço telex (CPC 7523 **)			
e) Serviço de fax-vídeo (CPC 7521 ** - CPC 7529 **)			
f) Serviço de aluguel de circuitos privados (CPC 7527 ** - CPC 7523 **)	4. Não consolidado, exceto com o indiciado na seção horizontal	4. Não consolidado, exceto com o indiciado na seção horizontal	

Sector ou Sub-setor	Limitações de Acesso ao Mercado	Limitações Relativas ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais
o Serviço Móvel	1. Nenhuma	1. Nenhuma	Ver "Documento de Referência" em anexo, com notas adicionais.
Serviço Celular Analógico/Digital (CPC 75213)	2. Nenhuma	2. Nenhuma	
Serviço Celular Analógico/Digital (CPC 75213)	3. Duplo para o serviço celular analógico/digital até 31.12.2001 nos estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão.	3. Nenhuma	
Serviço móvel global por satellite			
Serviço de paging (CPC 75291)	4. Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	4. Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	
Serviço de banking (CPC 75391)			

Sector ou Subsector	Limitações de Acesso ao Mercado	Limitações Relativas ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais
2) Serviços de Comunicação: E. Outros Serviços de Valor Adicionado ¹	1) Nenhuma restrição	1) Nenhuma restrição	Será assegurado a qualquer prestador de Serviços de Valor Adicionado o uso da rede pública de telecomunicações, de acordo com a regulamentação aplicável.
Correio Eletrônico	2) Nenhuma restrição	2) Nenhuma restrição	
Curso de Voz			
Acesso online a bases de dados e informações			
Interconexão Eletroônica de Dados (EDS)	3) Nenhuma restrição	3) Nenhuma restrição	4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal
"tag-simultânea" avançada; implantação "store-and-forward" e "store-and-retrieve"			
Conversão de códigos e protocolos			
Processamento "on-line" de dados e/ou informações (incluindo processamento de transações)	4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

ABRANGÊNCIA

São os seguintes os princípios e definições no contexto regulatório para os serviços básicos de telecomunicações.

DEFINIÇÕES

Usuários significa consumidores de serviços e prestadores de serviços.

Facilidades Essenciais significa facilidades (instalações) da rede pública de transporte de telecomunicações ou serviço que:

- a) São exclusivamente ou predominantemente providas por um ou número limitado de prestadores; e
- b) Cuja substituição, visando o provimento de um serviço, não seja económica ou tecnicamente factível.

Provedor dominante é um provedor que tem a habilidade de afetar de maneira importante as condições de participação (do ponto de vista de preços e prestação do serviço), num mercado relevante de serviços de telecomunicações básicas, como resultado de:

- a) controle das facilidades essenciais; ou
- b) utilização de sua posição no mercado.

L. Salvaguardas competitivas

1.1 Prevenção de práticas anti-competitivas em telecomunicações

Serão mantidas medidas adequadas com a finalidade de impedir aqueles provedores que, individualmente ou juntos, sejam um provedor dominante, de empregarem ou darem continuidade à utilização de práticas anti-competitivas.

1.2 Salvaguardas

As práticas anti-competitivas supracitadas incluem, em particular:

- a) a adoção de subsídios cruzados, de forma anti-competitiva;
- b) a utilização de informações obtidas de competidores com propósitos anti-competitivos; e
- c) a não disponibilização a outros prestadores de serviço, em prazo apropriado, de informações técnicas sobre facilidades essenciais e informações comerciais relevantes que sejam necessárias a estes para prover serviços.

2. Interconexão

2.1 Esta seção se refere à interligação com os provedores de redes ou serviços públicos de transporte de telecomunicações, com o objetivo de permitir que os usuários de um provedor possam comunicar-se com os usuários de outro provedor e ter acesso aos serviços prestados por outro provedor, e aplica-se aos compromissos específicos incluídos na Oferta do Membro.

2.2 Garantia de Interconexão

A Interconexão com um provedor dominante será assegurada em qualquer ponto tecnicamente viável da rede. Esta interconexão será provida:

a)em termos e condições (incluindo as normas e especificações técnicas) não discriminatórios, incluindo as tarifas, e com qualidade não menos favorável à que a operadora garante para seus próprios serviços, para os de suas subsidiárias ou coligadas e para os de empresas não coligadas;

b)de forma expedita, em termos, condições (incluindo normas técnicas e especificações), e com tarifas baseadas em custo, que sejam transparentes e razoáveis, que levem em conta a viabilidade econômica, e estejam suficientemente desagregados para que o provedor não tenha que pagar por componentes ou instalações de rede que não sejam necessárias para que o serviço seja provido;¹ e

c)soo prévia solicitação, em pontos adicionais aos pontos de terminação de rede oferecidos à maioria dos usuários, a um preço que reflita o custo de construção das instalações adicionais necessárias.²

2.3 Disponibilização pública dos procedimentos de negociação de interconexão

Os procedimentos aplicáveis para interconexão a um grande provedor estarão à disposição do público.

2.4 Transparência dos Acordos de Interconexão

Todo provedor dominante disponibilizará para o público seus acordos de interconexão ou a oferta de referência da interconexão.

2.5 Interconexão: solução de controvérsias

Todo provedor de serviço que solicite a interconexão com um provedor dominante poderá apresentar recursos:

- a)a qualquer momento ou
- b)após um prazo razoável que seja dado a conhecer publicamente

a um órgão nacional independente que poderá ser o órgão regulador a que se faz referência no parágrafo 5 abaixo, para resolver, num prazo razoável, disputas com relação aos termos, condições e tarifas de interconexão, sempre que estes não sejam estabelecidos previamente.

¹ segundo a legislação brasileira, as condições relativas a tarifas e viabilidade econômica só se aplicam ao serviço telefônico (CPC 7521); as condições referentes à desagregação devem ser acordadas entre os provedores.

² os preços devem ser acordados entre os provedores, observado um preço máximo de utilização das redes de prestadores de serviço telefônico (CPC 7521).

3. Serviço Universal ¹

Qualquer Membro tem o direito de definir o tipo de obrigações de serviço universal que deseja manter. Obrigações desta natureza não serão consideradas, por si só, anti-competitivas desde que sejam administradas de maneira transparente e não discriminatória e de forma competitivamente neutra, e não sejam mais gravosas do que o necessário para o tipo de serviço universal definido pelo Membro.

4. Disponibilização Pública dos critérios de outorga de licenças

Quando uma licença é solicitada, o seguinte se fará publicamente disponível:

- a) todos os critérios de concessão de licenças e os prazos normalmente requeridos para a tomada de decisão relativos à solicitação de licenças e
- b) os termos e condições de licenças individuais.

Os motivos de negação de um pedido para obtenção de licença serão informados ao requisitante, a pedido deste.

5. Reguladores Independentes

O Órgão Regulador é independente de qualquer provedor de serviços básicos de telecomunicações. As decisões do Órgão Regulador e os procedimentos aplicáveis serão imparciais com respeito a todos os participantes do mercado.

6. Atribuição e utilização de Recursos Escassos

Todos os procedimentos para atribuição e utilização de recursos escassos como as frequências, os números e os direitos de passagem, serão efetuados de maneira objetiva, expedita, transparente e não discriminatória. Será tomada pública a informação sobre a situação atual das faixas de frequência atribuídas, não sendo necessário, porém, identificar detalhadamente as frequências consignadas para uso específico do Governo.

¹ Segundo a legislação brasileira, as obrigações do serviço universal são intencionalmente assimétricas.

MERCOSUL/CMC/DEC Nº 9/98 (TRADUÇÃO)

**PROTOCOLO DE MONTEVIDEU SOBRE O
COMÉRCIO DE SERVIÇOS DO
MERCOSUL - ANEXOS COM
DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SETORIAIS
E LISTAS DE COMPROMISSOS
ESPECÍFICOS INICIAIS**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão Nº 13/97 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções Nº 67/97 e 32/98 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a Dec. CMC 13/97 dispõe que os Anexos ao Protocolo de Montevideu com disposições específicas setoriais sejam aprovados pelo Conselho do Mercado Comum.

Que a Dec. CMC 13/97 e o Protocolo de Montevideu prevêem a aprovação pelo Conselho das Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1. Aprovar os seguintes Anexos ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, que estabelecem disposições específicas setoriais.

- Movimento de Pessoas Físicas Fornecedoras de Serviços
- Serviços Financeiros
- Serviços de Transportes Terrestre e Aquático
- Serviços de Transporte Aéreo

Art. 2. Aprovar as Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes.

Art. 3. Os Anexos ao Protocolo de Montevideu mencionados no art. 1 constam como Apêndice I e fazem parte da presente Decisão.

As Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes mencionadas no art. 2 constam como Apêndice II e fazem parte da presente Decisão.

Art. 4. A partir da data da aprovação da presente Decisão, serão iniciados nos Estados Partes os procedimentos internos necessários para aprovação legislativa e ratificação do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL.

XIV CMC - Buenos Aires, 23/VII/98

MERCOSUR/CMC/DEC Nº 9/98**PROTOCOLO DE MONTEVIDEO SOBRE EL COMERCIO DE SERVICIOS
DEL MERCOSUR - ANEXOS CON DISPOSICIONES ESPECIFICAS
SECTORIALES Y LISTAS DE COMPROMISOS ESPECIFICOS INICIALES**

VISTO: El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto, la Decisión Nº 13/97 del Consejo del Mercado Común y las Resoluciones Nº 57/97 y 32/98 del Grupo Mercado Común.

CONSIDERANDO:

Que la Dec. CMC 13/97 dispone que los Anexos al Protocolo de Montevideo con disposiciones específicas sectoriales serán aprobados por el Consejo del Mercado Común.

Que la Dec. CMC 13/97 y el Protocolo de Montevideo prevén la aprobación por parte del Consejo de las Listas de Compromisos Específicos Iniciales de los Estados Partes.

EL CONSEJO DEL MERCADO COMUN**DECIDE:**

Art 1 Aprobar los siguientes Anexos al Protocolo de Montevideo sobre el Comercio de Servicios del MERCOSUR que establecen disposiciones específicas sectoriales:

- Movimiento de Personas Físicas Proveedoras de Servicios.
- Servicios Financieros.
- Servicios de Transporte Terrestre y por Agua.
- Servicios de Transporte Aéreo.

Art 2 Aprobar las Listas de Compromisos Específicos Iniciales de los Estados Partes.

Art 3 Los Anexos al Protocolo de Montevideo mencionados en el art. 1 constan como Apéndice I y forman parte de la presente Decisión

Las Listas de Compromisos Específicos Iniciales de los Estados Partes mencionadas en el art. 2 constan como Apéndice II y forman parte de la presente Decisión

Art 4 A partir de la fecha de aprobación de la presente Decisión se iniciarán en los Estados Partes los procedimientos internos que fueren necesarios para la aprobación legislativa y ratificación del Protocolo de Montevideo sobre el Comercio de Servicios del MERCOSUR.

XIV CMC - Buenos Aires, 23/VII/98

LISTA DOS COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Modos de efeito: 1) Em virtude da transfronteiriço		2) Compromisso realizado no exterior	3) Despesa Comercial	4) Presença de pessoas físicas		
Sob o qual se dá	Limitações ao Acesso ao Mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais			
Indicar os valores						
1.1. COMPROMISSOS HORIZONTAIS						
LISTAS DE SERVIÇOS E CATEGORIAS A PARTIR DE 1974	Exclusão de Investimento					
	1) Não será devida, com exceção de reuniões especializadas, pontuais ou altamente qualificadas, gerais e circuitos técnicos especializados e profissionais altamente qualificados estrangeiros quando não se constitui emprego em entidades legais estabelecidas no Brasil, de capital nacional ou estrangeiro. No âmbito proporcionalidade se aplicam as regras fixadas em ambas as legislações Estados Partes do MERCOSUL, que exercem funções de especialização, mediante prova de necessidade econômica reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Proteção de Trabalho, ou de trabalho, para cada uma das empresas deve ser observado pelas pessoas físicas que atuam nas seguintes áreas, incluindo: Inter-nacionalização, transporte, comércio, serviços comerciais e outros.		4) Não será devida, com exceção de indústria em setores de acesso ao mercado.			

Áreas de ênfase: 1) Desenvolvimento transfronteiriço 2) Comércio realizado no exterior 3) Proteção Consular 4) Presença de empresas locais	Ênfases no Acesso ao Mercado	Unificação no Tratamento Nacional	Comitê Interministerial Americano
Setor industrial Unificação setorial	<p>exatidão comercial, seguros, público, direito, leis e regulamentos.</p> <p>São as seguintes as condições sob as quais poderão assumir suas funções os gerentes e diretores designados para lidar de empresas estabelecidas no Brasil: indicação para cargo com plena poder de decisão, existência de vaga nesse cargo, existência de vinculo societário entre a prestação de serviços em território brasileiro e sua matriz no exterior; prova de que o gerente ou diretor está desempenhando suas funções após ter recebido o competente visto, a ser apresentado pelo prestador de serviços à delegação de autoridades no destino, deve estar relacionado com a implementação de nova tecnologia, aumento de produtividade, ou a empresa deverá ter investido no Brasil a quantia mínima de US\$ 200.000 (over company quota) em empregos no Brasil para ajustar-se ao valor em US\$ estabelecido em 1993).</p>		<p>O governo brasileiro se compromete a, no contexto de reforma da legislação trabalhista que seja submetida ao Congresso, contemplar, entre outros aspectos, proporcionalidade inferior àquela mencionada no item 4 dos compromissos horizontais, para pessoas físicas moradoras dos demais Estados partes do MERCOSUL, a fim de prova de necessidade econômica a adquirentes pelo Ministério do Trabalho e Cidadania brasileiro, através, além disso, de outras medidas incluídas no item 4 dos compromissos horizontais.</p>

Módulo de dados: II - Fingerprinting Transfronteiriço	3) Conselho realizado no exterior	Presença Conselho	4) Presença de pessoas físicas
<p>Selo do selo</p> <p>Todas as selos</p>	<p>Limitações de Acesso ao MLC</p> <p>Todas as outras requisições, leis e regulamentos relativos à entrada, estada e trabalho permanecem em vigor</p> <p><u>Investimento</u></p> <p>3) Le acordo com as leis que regulam no investimento estrangeiros, todo capital estrangeiro aplicado no Brasil deve ser registrado no Banco Central de Brasil para habilitar-se a formar empresas. O Banco Central do Brasil estabelece os procedimentos relativos a renúncias e transferência de fundos do exterior</p> <p><u>Presença Limitada</u></p> <p>1) Os residentes de serviços estrangeiros que deixam presta serviços como pessoa jurídica devem obrigatoriamente se submeter às normas regulamentares previstas no Lei de Recol. A lei brasileira estabelece distinção entre a pessoa jurídica e as pessoas físicas que a constituem e que, consequentemente, compete uma indistinta à pessoa jurídica. Isso resulta que a pessoa jurídica tem plenos direitos e responsabilidades sob seu patrimônio e suas obrigações. Uma sociedade adquire a condição de pessoa jurídica de direito privado ao registrar o respectivo contrato social (estatuto e/ou Regulamento) junto ao Registro Público, e/ou</p> <p>concomitante</p>	<p>Limitação ao Investimento Nacional</p>	<p>Comitês nacionais Adicionais</p>

Atividade de oferta: 1) Fomento à oferta de serviços jurídicos	2) Fomento à oferta de serviços jurídicos	3) Fomento à oferta de serviços jurídicos	4) Fomento à oferta de serviços jurídicos
Setor ou sub-setor Tudo os setores	Limitações do Acordo Nacional	Limitações ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais
	<p>É indispensável que os acordos nacionais do RTR contemplam as seguintes informações sobre a pessoa jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) denominação, endereço e localização da sede ii) descrição de sua atuação, que inclua representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial iii) o processo de alteração dos representantes de administração, iv) disposições relativas às responsabilidades das autoridades por atos que praticarem, e v) disposições relativas à sua dissolução, que incluam o destino que terá os seus ativos <p>Não são considerados pessoas jurídicas pela lei brasileira a "pessoa jurídica estrangeira" e a "pessoa jurídica estrangeira" de acordo com o Artigo XXVIII, item (1), do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços</p>		

Modos de acesso: 1) - Formas de acesso (qualquer tipo); 2) - Contratos de acesso (qualquer tipo); 3) - Contratos de acesso (qualquer tipo)	Formas de acesso	Contratos de acesso	Formas de acesso	Contratos de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso
Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso	Formas de acesso

Atividade de referência: 1) Fim prestado ou II. Assistência técnica		2) Cumprimento da legislação em exterior	3) Presença Comercial	4) Presença de pessoas físicas *
Serviço prestado	Localização do Atividade no Mercado	Localização no Brasil	Localização no Brasil	Complementos Adicionais
II. CONTRIBUIÇÕES POR SETORES				
I. SERVIÇOS				
PROFISSIONAIS				
A. Serviços Profissionais				
b) Contabilidade, auditoria e controle de caixa (CFC-Rio)	1) Não está sujeita, em exceção da legislação, em que um fornecedor de serviços estrangeiros cada sua marca a profissionais brasileiros	1) Não consolidado	1) Não consolidado	
		2) Não consolidado	2) Não consolidado	
		3) A participação de não residentes em pessoas físicas, controladas por nacionais e brasileiros não é permitida. O fornecedor de serviços estrangeiros não poderá exercer a atividade profissional, que tenha a participação plena no mercado brasileiro.	1) São requeridas registros especiais dos contribuintes que desejam atuar em empresas de setor financeiro, contábil, de seguros, de poupança e investimentos, sociedades de capital aberto e companhias seguradoras. As regras de contabilidade e auditoria brasileiras devem ser observadas.	
	4) Não está sujeita, em exceção da legislação, em que um fornecedor de serviços estrangeiros cada sua marca a profissionais brasileiros	1) Não consolidado	1) Não consolidado	

Modalidade de prestação	3) Fornecimento de informações	2) Construção realizada no exterior	1) Receita Comercial	4) Presença de pessoas físicas
Serviços de pesquisa e desenvolvimento e inovação	Limitação no Acesso ao Mercado	Limitação no Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
	1) Nenhuma	1) Nenhuma	1) Nenhuma	
	2) Nenhuma	2) Nenhuma	2) Nenhuma	
	3) Nenhuma	3) Nenhuma	3) Nenhuma	
	4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal		
II Serviços de tecnologia e informações (ITC 81)	1) Nenhuma	1) Nenhuma		
	2) Nenhuma	2) Nenhuma		
	3) Nenhuma	3) Nenhuma		
	4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal		
III Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento				
Serviços de tecnologia em áreas de alta tecnologia				
Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Biológicas (ITC 85 122)	1) Não consolidado	1) Não consolidado		
	2) Não consolidado	2) Não consolidado		
	3) Nenhuma	3) Nenhuma		
Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas de Alta Tecnologia (ITC 85 122)	1) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	1) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal		
	2) Nenhuma	2) Nenhuma		
	3) Nenhuma	3) Nenhuma		
	4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal		

O Brasil se compromete durante de três meses desde a entrada em vigor do presente Protocolo a fornecer o empoderamento e detalhamento dos serviços incluídos nas posições de três dígitos da CPN 81, com vistas a uma maior harmonização das definições correspondentes entre os Países Partes do MERCOSUL.

Modos de prestação		1) Por instrumento de concessão	2) Comum a todos	3) Primeira Comercial	4) Primeira de gestão direta
Sector ou sub-sector	Limitações ao Acesso no Mercado	Limitações ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais		
F Outros Serviços Empresariais					
a) Serviços de Publicidade (WPP)	1) A participação estrangeira é limitada a 1/3 da participação de filiais locais. A participação exerce a influência é possível sob condições de que sejam utilizados recursos e estudos brasileiros. Filmes de publicidade devem ser feitos em português, a menos que o uso de língua estrangeira seja exigido pelo assunto da que trata o filme.	1) Nenhum			
	2) Não consolidado	2) Não consolidado			
	3) Além das condições estabelecidas em 1), acima, a participação estrangeira é limitada a 49% do capital das empresas estabelecidas no Brasil. A direção deve pertencer em mãos de sócios brasileiros. Os profissionais do ramo empregados se regem pelo Código de Ética dos Profissionais de Propaganda Brasileira.	3) Filmes estrangeiros devem vir do Brasil por pelo menos 1 ano antes de serem utilizados a produção filmes			
	4) Não consolidado, com exceção do calculado na seção 10-201a)	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção 10-201a)			

Modelo de Apresentação: 1) Formulário de inscrição 2: Convênio registrado no exterior 3) Protocolo Consolidação			4) Declaração de Integridade
Serviço solicitado	Integração no Acesso ao Mercado	Integração ao Tratamento Nacional	Comentários Adicionais
1) Serviços de transporte e de comunicação (TCR 804)	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	
2) Comércio de Admistração (TCR 804)	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	
3) Serviços de Consolidação de Atividades	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	
4) Serviços de Consolidação de Atividades	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	
5) Serviços de Consolidação de Atividades	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do incluído na seção horizontal	

Modo de prestação: 1) Empreendimento transfronteiriço			2) Serviço realizado no estado		3) Prestação Consolida		4) Prestação de pessoa física	
Notas do solicitante			Linhação no Arquivo no Mercadão		Linhação no Trabalho Nacional		Comissão de Avaliação	
a) Serviços de consultoria técnica e engenharia (CPC 8674)	1) Não consolidado		1) Não consolidado		1) Não consolidado			
	2) Não consolidado		3) Empresa estrangeira prestadora de serviços deverá emitir-se a empresa brasileira sob uma forma legal específica (em consórcio), o sócio brasileiro deve obter a direção (1) contrato que estabelece o consórcio deve definir claramente seus objetivos		2) Não consolidado			
	3) Empresa estrangeira prestadora de serviços deverá emitir-se a empresa brasileira sob uma forma legal específica (em consórcio), o sócio brasileiro deve obter a direção (1) contrato que estabelece o consórcio deve definir claramente seus objetivos		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal			
	5) Não consolidado		5) Não consolidado		5) Não consolidado			
b) Serviços de consultoria técnica e engenharia (CPC 8674)	2) Não consolidado		2) Não consolidado		2) Não consolidado			
	3) Empresa estrangeira prestadora de serviços deverá emitir-se a empresa brasileira sob uma forma legal específica (em consórcio), o sócio brasileiro deve obter a direção (1) contrato que estabelece o consórcio deve definir claramente seus objetivos		3) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		3) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal			

A empresa indonésia é a única, sob o título de transmissões

Os indonésios e empresas prestadoras de serviços dos setores de Grupo Arquitetura, Engenharia e outros serviços técnicos ficam aderidos à legislação profissional vigente, regerem de suas e atividades insufladas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, devido de registro no Conselho Regional

Modelo de Prestação: 1) Fornecedores e prestadores de serviços				2) Consumidores finais no exterior	3) Comércio Exterior	4) Presença de pessoas físicas
Sumário de Prestação		Linhas de Acesso no Exterior		Linhas no Exterior Nacional		Compreensões e Mitigações
a) Empresa de telefonia (CIC 800)		1) Não consolidado		1) Não consolidado		
		2) Não consolidado		2) Não consolidado		
		3) Não consolidado		3) Não consolidado		
		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		
b) Outros						
Serviços de telefonia e comunicação (excluídas as comunicações de emergência)		1) Não consolidado		1) Não consolidado		
		2) Não consolidado		2) Não consolidado		
		3) Não consolidado		3) Não consolidado		
		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		
2) SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES						
a) Serviços de Comunicação (CIC 700)		1) Não consolidado		1) Não consolidado		
		2) Não consolidado		2) Não consolidado		
		3) Não consolidado		3) Não consolidado		
		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal		

[illegible]

[illegible]

Modalidade de prestação:		1) Exercício realizado no exterior	2) Consumo realizado no exterior	3) Prestação Contratual	4) Prestação de Prestação Realizada
1) Exercício realizado no exterior		1) Exercício realizado no exterior	2) Consumo realizado no exterior	3) Prestação Contratual	4) Prestação de Prestação Realizada
2) Exercício realizado no exterior	1) Exercício realizado no exterior	1) Exercício realizado no exterior	1) Exercício realizado no exterior	1) Exercício realizado no exterior	1) Exercício realizado no exterior
	2) Exercício realizado no exterior	2) Exercício realizado no exterior	2) Exercício realizado no exterior	2) Exercício realizado no exterior	2) Exercício realizado no exterior
	3) Exercício realizado no exterior	3) Exercício realizado no exterior	3) Exercício realizado no exterior	3) Exercício realizado no exterior	3) Exercício realizado no exterior
	4) Exercício realizado no exterior	4) Exercício realizado no exterior	4) Exercício realizado no exterior	4) Exercício realizado no exterior	4) Exercício realizado no exterior

Modelo de prestação de serviços	1) Transmissão de sinais por meio de ondas eletromagnéticas	2) Circuito realizado no exterior	3) Presença Comercial	4) Presença de pessoal
Serviço em questão	Limitações de Acesso ao Mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
2. O. Outros serviços de radiodifusão	1) Não há restrição, qualquer provedor de serviço deve se filiar ao sistema de radiodifusão no Brasil, para todos os efeitos legais	1) Nenhuma restrição	As funções de Órgão Regulador são de competência do Ministério das Comunicações do Brasil, que tem personalidade legal independente dos prestadores de serviços de telecomunicações	
3. Outros serviços de radiodifusão	2) Não há restrição	2) Nenhuma restrição		
4. Outros serviços de radiodifusão	3) Não há restrição	3) Nenhuma restrição		
5. Outros serviços de radiodifusão	4) Não há restrição	4) Não há restrição		
6. Outros serviços de radiodifusão	5) Não há restrição	5) Não há restrição		
7. Outros serviços de radiodifusão	6) Não há restrição	6) Não há restrição		
8. Outros serviços de radiodifusão	7) Não há restrição	7) Não há restrição		
9. Outros serviços de radiodifusão	8) Não há restrição	8) Não há restrição		
10. Outros serviços de radiodifusão	9) Não há restrição	9) Não há restrição		
11. Outros serviços de radiodifusão	10) Não há restrição	10) Não há restrição		
12. Outros serviços de radiodifusão	11) Não há restrição	11) Não há restrição		
13. Outros serviços de radiodifusão	12) Não há restrição	12) Não há restrição		
14. Outros serviços de radiodifusão	13) Não há restrição	13) Não há restrição		

Dados de prestação: 1) Fornecedora de bens e serviços 2) Contratos realizados no exterior 3) Serviço Comercial 4) Prestação de serviços técnicos			
Sector em que atua	Limitações ao Acesso ao Mercado	Adaptação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais
A. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E DE ENGENHARIA			
A.1. Serviços relativos de construção de prédios (CPC 51.1)	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) O acesso será permitido 2 anos após a entrada em vigor do presente Protocolo Não haverá limitações após aquela data 4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	
B. Serviços de instalação, manutenção e reparação de equipamentos elétricos (CPC 51.2)	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) O acesso será permitido 2 anos após a entrada em vigor do presente Protocolo Não haverá limitações após aquela data 4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Nenhum 4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	
C. Instalações, manutenção e reparação de sistemas de aquecimento, refrigeração e condicionamento de ar (CPC 51.3)			
D. Outros (CPC 51.4)			

Modelo de Prestação:		1) Faturamento Transfronteiriço	2) Consumo realizado no exterior	3) Presença Consistida	4) Presença de pessoas físicas
Sócio ou Interlocutor		Limitações ao Acesso ao Mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
1. SERVIÇOS FINANCEIROS					
A. Indicar os setores e serviços relacionados com o regime					
Seguro-vida		1) Não controlado, exceto para Seguro de transição vitalícia. No entanto, presença consuetudinária requerida para contrato de inspeção de bens, assim como para qualquer obrigação derivada da inspeção.	1) Nenhuma parte	Seguro de transição, exceto para contrato de inspeção de bens, assim como para qualquer obrigação derivada da inspeção.	
Seguro de transporte		Seguro de danos, indenização e obrigações civis podem ser incorporadas para as embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), dependendo das condições oferecidas internacionalmente.	2) Não consolidado	Cases, indenizações e obrigações civis podem ser incorporadas para as embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro (REB).	
Seguro de propriedade		2) Não consolidado	3) Não consolidado	Não consolidado para outros setores.	
Seguro de assistência médica		3) Indispensável segundo a lei brasileira, no âmbito de sociedade autônoma e de outros procedimentos são necessários	4) Não consolidado, exceto como incluído no seguro horizontal		
Seguro de responsabilidade e civil de terceiros		4) Não consolidado, exceto como incluído no seguro horizontal			

Serviço ou atividade	Limite de atuação no mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais
Serviço de atendimento de emergência	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Seguro Nacional de Seguro Social (NSES) é o único provedor autorizado 4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Não consolidado 4) Não consolidado	Brasil adotará compromissos relacionados com a presença comercial no mercado de seguros de atividade de trabalho em até dois anos da adoção pelo Congresso Nacional de legislação regulando a participação
Serviço de participação	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Regulação sobre a prestação de serviços por quaisquer provedores. Freqüente uso de regulamentação exclusiva do Instituto de Regulação da Saúde (IRS) Brasil 4) Regulação sobre a prestação de serviços de emergência em emergências de saúde no exterior para não discriminar provedores que não sejam	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Não consolidado 4) Não consolidado	Brasil adotará compromissos relacionados com a presença comercial no mercado de seguros de atividade de trabalho em até dois anos da adoção pelo Congresso Nacional de legislação regulando a participação

Modalidade de Prestação	1) Fornecimento de bens e serviços	2) Consumo realizado no exterior	3) Prestação Comercial	4) Prestação de natureza fiscal
Sector econômico	Limitações no Acesso	Limitações no Tratamento Nacional	Compromissos Multilaterais	
Serviços comerciais, agrícolas e extrativos	1) Não Consolidado 2) Não consolidado 3) Para pessoas jurídicas, não consolidado, exceto a lei de acesso é requerido 4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Menção	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Menção	
Serviços comerciais, industriais e de construção	1) Nenhum 2) Nenhum 3) Nenhum 4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	1) Nenhum 2) Nenhum 3) Nenhum 4) Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal	1) Nenhum 2) Nenhum 3) Nenhum	

Método de Avaliação	1) Fontes financeiras internacionais	2) Cumprimento registrado no exterior	Instrução Circular	4) Proteção do pessoal físico
Setor ou sub-setor	Limitações ao Acesso ao Mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
Desenvolvimento financeiro	Para os bancos estabelecidos no Brasil antes de 3 de outubro de 1981, o número de agências de operações é limitado ao existente naquela data. Para aqueles bancos autorizados a operar no Brasil depois daquela data, o número de agências está sujeito às condições determinadas, em cada caso, a partir em que a autorização é concedida.			
Seguros e reparações	Instituições financeiras, a menos que de outra fonte específica, serão autorizadas no forma de sociedade anônima quando disponíveis segundo a legislação.			
1) Instrumentos de intermediação financeira,	1) Não é possível, exceto como indicado na seção horizontal	4) Não é possível, exceto como indicado na seção horizontal		
2) Câmbio,				
3) Faturas, ações e "bônus" referenciados em moeda e em índices de preços,				
4) Instrumentos estrangeiros em taxa de câmbio e de juros, incluindo "swaps",				
5) Títulos e valores mobiliários transacionados				
6) Outros instrumentos negociados e outros financeiros, incluindo outros				

Sector organizacional	Limitações no Acesso ao Mercado	Limitações ao Atendimento Nacional	Compromissos Adicionais
Participação em feiras problemas de licenças e valores múltiplos, incluindo "contingência" e colocação, como seguro, e provision de serviço, relacionado a outros efeitos			
identificação de equips necessários			
Administração de atores informação de investimentos, recursos e serviços de limpeza e depósito			
Grupos de limpeza e compensação de indus e valores ambientais e definição			
Serviços de consultoria, pesquisa e avaliação relativa a necessidades e valores e análise de risco			

Modalidade de prestação	1) Fornecimento transfronteiriço	2) Consumo realizado no exterior	3) Prestação Comercial	4) Prestação de prestação pública
Serviço ou sub-setor	Emitências no Arrecadação no Mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Antidumping	
- Alimento de produção de carnes industriais				
- Cervejas de produção de valores diferenciados				
- Contribuintes de depósitos de ações				
- Ganhos das finanças de investimento imobiliário				
- Serviços não financeiros comerciais				
- Contribuintes de investimento e valores andia vigência				
- Serviços de transporte pessoal e assistência relativos a passageiros e viagens e outras de caráter público				
- Administração de cultura de fundos de investimento				
- Serviços de regulamentação e Contribuintes de Valores Adicionais	4) Não consolidado, exceto como indicado na seção financeira	4) Não consolidado, exceto indicado na seção horizontal		

Modalidade de prestação	1) Formulário de prestação de serviços	2) Consumo realizado no exterior	3) Presença Comercial	4) Presença de pessoas físicas
Sector emissor de serviços SERVIDORES CORPORAIS E ACADÊMICOS	Indicações de Acesso ao Exterior	Indicação do Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
A. Indústria e Restaurantes Vários (P/P/Outros)	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Indistinto	1) Não consolidado 2) Não consolidado 3) Empresas brasileiras que operam no exterior sem atividade e mediante beneficiamento de determinações internacionais fixadas. Outros: empresas com concessões apenas daquelas empresas cuja natureza de capital esteja em mãos de cidadãos brasileiros ou de entidades legais brasileiras		
Restaurantes (P/P/Outros)	1) Não consolidado, com exceção de indústrias ou serviços internacionais 2) Não consolidado 3) Indistinto	1) Não consolidado, com exceção de indústrias ou serviços internacionais 2) Não consolidado 3) Não consolidado 4) Empresas brasileiras que operam no exterior sem atividade e mediante beneficiamento de determinações internacionais fixadas. Outros: empresas com concessões apenas daquelas empresas cuja natureza de capital esteja em mãos de cidadãos brasileiros ou de entidades legais brasileiras		
	4) Não consolidado, com exceção de indústrias ou serviços internacionais	4) Não consolidado, com exceção de indústrias ou serviços internacionais		

Modelos de prestação	11 Fornecimento de serviços aéreo	23 Comércio realizado no exterior	Preferência Comercial	4) Tratamento de pessoas físicas e
Sector econômico	Limitações ao Acesso ao Mercado	Limitação ao Tratamento Nacional	Compromissos Adicionais	
DE TRANSPORTES				
Terrestres, Aquaviários e Aéreos		<p>Os compromissos específicos que se incorporam nas listas de compromissos na presente tabela foram de negociação são os seguintes: a) aplicação dos acordos a que se referem o Anexo sobre Serviços de Transporte Terrestre e Aquaviário e o Anexo sobre Serviços de Transporte Aéreo do primeiro Protocolo</p>	<p>O Brasil entregará todos os esforços disponíveis para viabilizar a máxima simplificação e compatibilização de suas normas e procedimentos relativos à facilitação do Transporte Aéreo Internacional (Imigração, Alfândegas e de Vigilância Sanitária e Fitossanitária) nas operações entre os Estados Parte do MERCOSUL, sem prejuízo da compatibilidade das Normas de Segurança de Aviação Civil, em harmonia com os artigos 8 e 17 da Constituição de Aviação Civil Internacional</p>	<p>O Brasil deverá compatibilizar com os demais Estados Parte do MERCOSUL, suas normas e procedimentos relativos a aeronavegabilidade, operações e licenças de pessoal, incluindo as normas e regulamentações de regulamentação de Aviação Civil Internacional</p> <p>As empresas aéreas dos Estados Parte do MERCOSUL que operem segundo o Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-regulares fornecerão às Autoridades Aeronáuticas dos países onde operem informações estatísticas sobre o tráfego transportado, nos termos que aplicarem, com determinação de origem e destino. As Autoridades Aeronáuticas do Brasil intercambiarão sistematicamente com as Autoridades Aeronáuticas dos demais Estados Parte do MERCOSUL as informações estatísticas de interesse comum</p>

Modelo de questionário:		1) Funcionamento no mercado interno	2) Consumo realizado no exterior	3) Presença Comercial	4) Presença de pessoas físicas e jurídicas
Sessão ou sub-setor		Exatidão do acesso no Mercado	Exatidão do Tratamento Nacional		Contribuintes Adicionais
A. Transporte de Drogas (CMC 2.1.10) (exceto produtos farmacêuticos)	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	
	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	
	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	
	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	
B. Serviços Regulados e não regulados de transporte	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	
	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	
	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	
	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	
C. Serviços de carga e descarga (CMC 7.4.1)	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	
	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	
	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	
	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	
D. Serviços de armazenagem (CMC 7.4.2)	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	1) Não consolidado	
	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	2) Não consolidado	
	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	3) Nenhum	
	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	4) Não consolidado, com exceção do indicado na seção horizontal	
	1)	1)	1)	1)	

Mensagem nº 218, de 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da "Lista de Compromissos Específicos Iniciais" do Brasil, aprovado pela Decisão 9/98 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 23 de julho de 1998, e a nova "Lista de Compromissos Específicos" do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 29 de junho de 2000. A Lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da "Lista de Compromissos Específicos Iniciais" adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL.

Brasília, 12 de março de 2001.



EM nº 353 DSF/CAI/DMC-MRE - XCOR ESER MSUL

Brasília, 1º de novembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Entre 1995 e 1998, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai negociaram instrumento jurídico destinado a promover a liberalização do comércio de serviços no plano sub-regional. Essa negociação foi concluída com a adoção, em dezembro de 1997, do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, e com a posterior aprovação — em julho de 1998 — de seus quatro Anexos Setoriais e das Listas de Compromissos Específicos Iniciais de cada país.

2. O Protocolo de Montevideu responde ao compromisso do Artigo I do Tratado de Assunção sobre a "livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os Membros do MERCOSUL". Tem o formato de um acordo-quadro e define, em seus 30 artigos, as obrigações de caráter geral aplicáveis ao comércio regional de serviços, além de um programa de liberalização comercial a ser completado em 10 anos e a possibilidade de recurso aos mecanismos de solução de controvérsias intra-MERCOSUL. Seus Anexos estabelecem regras específicas para determinados setores de serviços, em virtude de sua sensibilidade econômica ou peculiaridade regulatória. O texto do Protocolo de Montevideu e dos Anexos Setoriais foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem Presidencial número 350, publicada no D.O.U. de 30 de maio de 2000.

3. O programa de liberalização estipulado pelo Protocolo de Montevideu será consubstanciado em sucessivas rodadas de negociação, em que novos engajamentos de abertura comercial serão gradativamente incorporados às "Listas de Compromissos Específicos Iniciais" dos quatro sócios, aprovadas pela Decisão 9/98 do Conselho Mercado Comum, em julho de 1998.

4. As Listas de Compromissos do Protocolo de Montevideu inspiram-se no GATS, o acordo de serviços da Organização Mundial de Comércio. A primeira coluna corresponde à lista "positiva" dos setores nos quais os países assumem compromissos de abertura. As duas colunas seguintes elencam, no formato de lista "negativa", as limitações que serão mantidas em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, especificadas em função dos quatro "modos de prestação" pelos quais os serviços são transacionados internacionalmente — modo 1: prestação transfronteiriça; modo 2: consumo no exterior; modo 3: presença comercial; e modo 4: movimento temporário de pessoas físicas prestadoras de serviços. As limitações são descritas

de maneira sucinta. A quarta coluna lista "compromissos adicionais", em geral de natureza regulatória, que os países se dispõem a assumir.

5. A Lista de Compromissos Iniciais do Brasil está dividida em duas partes, a primeira com os compromissos "horizontais" (aplicáveis a todos os setores de serviços), e a segunda referente a engajamentos em setores específicos. Nos setores em que há compromissos de abertura — serviços profissionais, comunicações, construção e engenharia, distribuição, serviços financeiros, turismo e viagens, transportes —, o documento detalha, segundo a metodologia descrita acima, as limitações impostas ao acesso a mercados e ao tratamento nacional, e indica os eventuais compromissos adicionais assumidos. A essa Lista Inicial soma-se uma segunda Lista (também dividida em compromissos "horizontais" e "setoriais"), que reflete negociações realizadas entre 1998 e 1999, no quadro da Primeira Rodada Negociadora do Programa de Liberalização em Serviços, cujos resultados foram aprovados pelo Conselho do Mercado Comum na Decisão 1/00, de julho de 2000. A nova Lista brasileira substitui e amplia os compromissos constantes da Lista Inicial em matéria de telecomunicações, de modo a incorporar o novo marco regulatório setorial instituído com a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9472/97) e de sua legislação complementar.

6. Ambas as listas foram negociadas sob a égide do Grupo Interministerial de Serviços (GIS), hoje coordenado pelo Itamaraty e integrado pelos Ministérios da Fazenda (coordenador até 1998), Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, Transportes, Comunicações, além de Banco Central, SUSEP, CERNAL, ANATEL e representantes do setor privado — CNC, CNI e diversos Conselhos Profissionais. O caráter multi-agências da força

tarefa negociadora - que continua operativa, pois prosseguem as negociações de liberalização do comércio de serviços intra-MERCOSUL - tem sido essencial para garantir que os compromissos assumidos pelo Brasil correspondam efetivamente aos diferentes interesses nacionais identificados no processo".

7. Elevo à consideração de Vossa Excelência projeto de mensagem ao Congresso Nacional para a aprovação legislativa necessária à ratificação de ambas as Listas de Compromissos Específicos do Brasil, sendo que a parte relativa às ofertas no setor de telecomunicações, constante das páginas 14 a 19 da Lista Inicial de 1998, é substituída pela nova oferta brasileira no setor, tal como aprovada pela Decisão nº 1/00 do CMC.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ANEXOS À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 353

de 1º de novembro de 2000

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (4 páginas)
MENSAGEM
PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA-MRE
LISTAS DE COMPROMISSOS:
MERCOSUL /CMC/DEC Nº 1/00 E 9/98
CÓPIA EM DISQUETE ENCAMINHADA EM 31/10/00

**SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CONSULTORIA JURÍDICA**

Parecer: CJ/CGDI/nº 46 /00.

Referência: Memo DSF/22, de 6/4/00.

Índice: Serviços. Mercosul. Encaminhamento
Protocolo de Montevideu ao Congresso
Nacional. Projeto de Exposição de Motivos
do Senhor Ministro de Estado das Relações
Exteriores. Projeto de Mensagem.

Conclusão: Favorável, quanto a
Constitucionalidade e Juridicidade.
Pela remessa ao Congresso Nacional.

Senhor Consultor Jurídico,

Em cumprimento ao Aviso 1872/99 o Senhor Chefe, Substituto, da DSF solicita o Parecer da Consultoria Jurídica sobre o anexo Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercado Comum do Sul, assinado entre os Quatro sócios do Mercosul, em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, trata-se de Ato internacional sobre tema econômico especializado, de alcance regional, ao abrigo do Tratado de Assunção. Aprova o método de liberalização do comércio de serviços entre os Estados Parte do Mercosul; vai acompanhado de quatro Anexos Setoriais, que são, estes sim, os primeiros resultados concretos da aplicação de tal método à realidade jurídica das Partes Contratantes, no setor de serviços. O primeiro objetivo do documento é criar uma metodologia pela qual o setor de serviços seja liberalizado entre os sócios do Mercosul, com o cuidado de distribuir, equanimemente entre eles, os riscos de impacto negativo sobre as respectivas balanças comerciais. Este é o próprio Protocolo.

3. O segundo objetivo é dar início ao trabalho concreto de negociações, visando à abertura dos diversos setores de serviços, um a um. Os primeiros resultados estão consubstanciados nos quatro Anexos Setoriais que acompanham o Protocolo. O conjunto de Protocolo e Anexos Setoriais é o padrão redacional da Organização Mundial do Comércio, no âmbito da qual foi feito o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS), internalizado pelo Decreto 1.355, de 30 de dezembro de 1994

4. A redação do Protocolo segue, pois, o padrão dos Acordos da OMC, já consagrado no âmbito daquela Organização e incorporados ao Direito interno brasileiro pelo citado Decreto 1.353/94. A aplicação do padrão da OMC ao Protocolo do Mercosul parece-me pertinente, visto que é a forma conhecida e aceita, pela maioria dos países e dos operadores internos, para compor Acordos do gênero, especialmente no que se refere à mecânica de desregulamentação e de abertura de mercados. Nessas condições, entendo que o Protocolo sobre Serviços do Mercosul atende aos requisitos de clareza, precisão e ordem lógica exigidos pelo Art. 20 do Decreto 2.954/99.

5. A reciprocidade é garantida em três etapas. Inicialmente, pela aplicação da Cláusula de Nação Mais Favorecida, que se acha, no caso, consagrada pelo Art. III, *caput*, do texto do Protocolo em exame. O segundo inciso desse Artigo contém apenas uma exceção, que não me parece seja prejudicial à aplicação equânime da Cláusula NMF.

6. Em seguida, o Protocolo incorpora dois institutos típicos da OMC, e, igualmente, integrantes da noção de reciprocidade em Atos multilaterais econômicos, ou seja, dos critérios de Acesso a Mercados (Art. IV) e de Tratamento Nacional (Art. V). Por estes critérios, o texto do Protocolo do Mercosul garante, a exemplo do GATS, a abertura recíproca e gradativa dos mercados internos, tendo como base não o mero número de setores que se desregulam, mas, principalmente, o potencial comercial a ser mutuamente oferecido a cada Parte Contratante ao longo das etapas de abertura. Objetiva-se, assim, distribuir equitativamente o impacto da desregulamentação na balança de pagamentos de cada Parte Contratante, o que me parece ter sido feito com a necessária cautela jurídica.

7. O exame da reciprocidade se encerra com o Art. VI do Acordo, que trata dos Compromissos Adicionais (Art. VI), no sentido de que fica garantido a cada Parte Contratante a negociação de compromissos específicos outros que não os negociados entre os Quatro. O referido Artigo estipula quais setores podem ser negociados à parte e exige que tais compromissos se tornem públicos através da consignação em lista, a qual se tornará parte do Protocolo. Isto é, têm os Estados liberdade de negociar paulatinamente os contornos da abertura de seu mercado de serviços, desde que dentro de certos parâmetros e com certa publicidade, ambos estipulados no Protocolo. Ante a existência de tais mecanismos de garantias recíprocas, creio estar atendida a reciprocidade.

8. Quanto ao requisito constitucional de respeito à ordem interna, tem-se que, a exemplo do GATS, o Protocolo Mercosul não define o que são serviços. Faz a devida exceção, no entanto, a prestação dos serviços governamentais, que define no Art. II, inciso 3, alíneas. Da mesma forma, o Protocolo não se aplica à contratação de serviços por órgãos governamentais (Art. XV). Nessas condições, ficam salvaguardadas não só a Lei 8.666, que continuará em vigor, mas, igualmente, todos os dispositivos constitucionais sobre prestação de serviços públicos, que não são atingidos pelo Protocolo. Ademais, o Art. IX do texto isenta as Partes Contratantes de quaisquer obrigações que possam "constituir impedimento para o cumprimento das leis ou ser de outra maneira contrária ao interesse público ou possa lesar os interesses comerciais legítimos de empresas públicas ou privadas". Ainda, o Protocolo contém dispositivo consagrado à transparência (Art. VIII), bem como prevê a criação de um "procedimento" (que pode ser um tribunal, embora não necessariamente) que garanta a aplicação de medidas internas de modo "objetivo e imparcial" (Art. X). Finalmente, o Art. XII cria um sistema de "exceções gerais", em benefício da manutenção da ordem pública, a vida e a saúde públicas e as leis não relacionadas diretamente com o Protocolo, de sorte que, no conjunto das disposições do Protocolo, parece-me estar atendido o respeito devido à ordem interna brasileira.

9. Os serviços relativos à manutenção da segurança nacional dos Estados ficam salvaguardados pelas exceções contidas no Art. XIV, que se aplicam, igualmente, aos compromissos assumidos por uma das Partes Contratantes em função da Carta das Nações Unidas para manutenção da paz e segurança internacionais. Sob esse ponto de vista, entendo que também o requisito de respeito à segurança nacional está contemplado.

10. O Protocolo respeita a autonomia universitária e os critérios nacionais para o reconhecimento de diplomas, títulos e certificados, comprometendo-se tão somente a "alentar às entidades competentes... a desenvolver normas e critérios mutuamente aceitáveis..." (Art. XI). O texto transmite, a meu ver, a decisão de não desregulamentar imediatamente a prestação de serviços profissionais, mas, tão somente, de estimular um processo com vistas à futura realização desse objetivo. Nessas condições, têm os profissionais liberais brasileiros condições objetivas e subjetivas de avaliarem os riscos e oportunidades da liberalização da prestação de seus serviços profissionais.

11. Finalmente, o Protocolo é juridicamente consistente com as obrigações internacionais já assumidas pelo Brasil, visto que respeita não só as decorrentes da Carta das Nações Unidas, como foi mencionado acima, mas, igualmente, aquelas assumidas junto à Organização Mundial do Comércio. Como bem recordará Vossa Excelência, o Art. V do GATS, internalizado pelo já citado Decreto 1.355/94, não proíbe que Estados membros da OMC negociem outros Acordos regionais entre si, outorgando-se facilidades comerciais especiais, desde que o façam sem prejuízo das concessões já prometidas na OMC. Por conseguinte, para que o presente Protocolo respeite os compromissos assumidos pelo Brasil na OMC é necessário verificar se o texto em exame contém mais facilidades comerciais do que já foi concedido no âmbito daquela Organização.

12. Parece-me que, efetivamente, é o caso. Em primeiro lugar, o Protocolo do Mercosul cria Programa de Liberalização, comprometendo-se a completá-lo em prazo fixo de dez anos, a partir da data de entrada em vigor do Protocolo (Art. XIX, inciso 1), prazo que não existe no GATS, onde as negociações se fazem em moldura jurídica *sine die*.

13. Em seguida, tem-se que, uma vez completado esse Programa de dez anos, as Partes Contratantes não podem mais modificá-lo (Art. XX), enquanto que o GATS permite sempre a modificação dos compromissos, ainda que mediante certas condições (Art. XXI do GATS).

14. Finalmente, a regra de Nação Mais Favorecida, no Protocolo, é absoluta, respeitando apenas o tratamento dado aos Estados limítrofes não Partes do Protocolo (Art III, incisos), enquanto que o regime do GATS, ademais de respeitar os mesmos direitos de zonas contíguas, também aceita a manutenção de regras desiguais os Contratantes, desde que mencionadas em lista à parte e atendidas certas condições (Art. II, incisos, do GATS). Sob tal aspecto, entendo que respeito aos compromissos internacionais já assumidos pelo Brasil está amplamente resguardado pelo texto do Protocolo.

15. Cumpre-me observar a Vossa Excelência que, apesar de todas as garantias acima, este é um documento que se destina, como consta de seu Art. 1º, a "promover o livre comércio de serviços no Mercosul". Sem dúvida, várias modificações serão paulatinamente introduzidas na legislação brasileira, ao abrigo do presente Protocolo. Por exemplo, a circulação de pessoas físicas prestadoras de serviços nos setores econômicos em que haja compromissos específicos dos Países. A circulação temporária não se confunde, todavia, com o direito de residência de tais pessoas físicas, mas apenas seu direito de ingresso, na forma ajustada pelos Estados. No particular, entendo que o Protocolo não atinge nem a Lei 6.815, de 19/7/1980 (Estatuto do Estrangeiro) nem o Decreto 86.715, de 10/12/1981, que a regulamenta.

16. As modificações no Direito interno que o Protocolo trouxer, ao longo dos dez anos que durará o Programa de Liberalização, serão inicialmente negociadas por mandato no Grupo Mercado Comum, mediante a aprovação do Conselho do Mercado Comum, o que me parece consistente com o Protocolo de Ouro Preto, sobre o assunto. Entendo que, na forma do disposto no Artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo sobre Serviços passará a ser fonte jurídica do Mercosul, desde que sua aplicação se faça na forma preconizada pelo próprio Protocolo sobre Serviços (Arts. XXI, XXII e XXIII).

17. O texto integral do Protocolo, como já se disse, cria o método de liberalização e vai acompanhado de quatro Anexos Setoriais, que são os resultados concretos da primeira fase de liberalização, ou seja, a substância da liberalização. Entendo, porém, que, na medida em que novas listas de compromissos de liberalização forem sendo negociadas, deverão tais listas, igualmente, serem submetidas ao Congresso Nacional. A aprovação do Protocolo significa aprovação do método de liberalização e de seus primeiros resultados práticos, mas não outorga ao Poder Executivo faculdade de alterar discricionariamente, de agora em diante, o regime jurídico vigente no país sobre serviços. Quer-me parecer que, feita esta última precisão, estará plenamente atendido o disposto no Art. 49, inciso I, da Constituição Federal.

18. São os comentários desta Coordenação Geral, salvo melhor juízo de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Brasília, 25 de abril de 2000.


Z. Pereira Patrício
Coordenador-Geral do Direito Internacional

De acordo. Ao Senhor Secretário Geral

De o: mm


A: SUE

RF

26/04/00

Em 25/4/2000

Respeitosamente,


Antônio Carlos de Faria
Coordenador Jurídico da UNICE

RELATÓRIO Nº , DE 2001

Da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul sobre a Mensagem nº 218/2001, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da "Lista de Compromissos Iniciais" do Brasil, aprovado pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 23 de julho de 1998, e a nova "Lista de Compromissos Específicos" do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL em 29 de junho de 2000. A Lista recém aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da "Lista de Compromissos Específicos Iniciais" adotada em 1998. Ambas as listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL".

RELATOR: Senador JORGE BORNHAUSEN

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 2º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional, a Representação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebe, para fins de elaboração de parecer prévio, a Mensagem nº 218 de 2001, do Poder Executivo, em epígrafe.

Dispõe o art. 1º, § 1º, da referida Resolução nº 1, de 1996, que as matérias de interesse do Mercosul "(...) serão encaminhadas, preliminarmente, à Representação, sem prejuízo de sua apreciação pelas comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (...)". Tal disposição visa a proporcionar às demais Comissões temáticas que venham a examinar o ato internacional em apreço subsídios para a sua apreciação do ponto de vista do processo de integração regional do Mercosul, do qual o Brasil é parte.

O texto da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil foi aprovado mediante a Decisão 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul. Como se sabe, o Conselho do Mercado Comum é o órgão máximo do Mercosul, ao qual cabe aprovar os instrumentos jurídicos emanados das negociações quadripartites que se realizam no âmbito do processo de integração.

Conforme a Exposição de Motivos encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, o Mercosul adotou, em dezembro de 1997, o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul (Mercosul/CMC/DEC Nr. 13/97 e Mercosul/CMC/ DEC Nr. 12/98). Posteriormente, em julho de 1998, foram aprovados os seus quatro Anexos Setoriais e as Listas de Compromissos Específicos Iniciais de cada país.

Com o formato de um acordo-quadro, o Protocolo de Montevideu define as obrigações de caráter geral aplicáveis ao comércio regional de serviços. Define também um programa de liberalização comercial a ser completado em um prazo de 10 anos, prevendo também a possibilidade de recurso aos mecanismos de solução de controvérsias intra-Mercosul. Seus Anexos dispõem sobre regras específicas para aqueles setores de serviços que se revistam de maior sensibilidade econômica ou peculiaridade regulatória. O texto do Protocolo de Montevideu e de seus Anexos foi encaminhado ao Congresso Nacional em 30 de maio de 2000, por meio da Mensagem Presidencial nº 750.

O Artigo VII do Protocolo de Montevideu estipula que cada Estado Parte elencará, numa lista de compromissos específicos, os setores, subsetores e atividades com respeito aos quais assumirá compromissos de liberalização comercial indicando, ademais, para cada modo de prestação correspondente, os termos, limitações e condições em matéria de acesso aos mercados e tratamento nacional.

Aos setores de serviços especificados nas referidas listas de compromissos, cada Estado Parte ficará obrigado a conceder tratamento da nação mais favorecida, isto é, outorgar aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Estado Parte um tratamento não menos favorável do que aquele que conceda aos serviços similares e seus prestadores de qualquer outro Estado Parte ou de terceiros países.

Também obriga os Estados Partes a concederem tratamento nacional aos serviços e prestadores de serviços dos demais Estados Partes, com respeito a todas as medidas que afetem a prestação dos serviços, isto é, um tratamento não menos favorável do que aquele que outorga a seus próprios serviços similares ou prestadores de serviços similares.

O Artigo V, parágrafo 2, estipula, entretanto, que os compromissos específicos assumidos em virtude das respectivas Listas de Compromissos não obrigam os Estados Partes a compensar desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro dos serviços ou prestadores de serviços pertinentes. O parágrafo 4 do dispositivo *supra* define que o tratamento é menos favorável quando ele modifica as condições de concorrência em favor dos serviços ou prestadores de serviços do Estado Parte em comparação com os serviços similares ou prestadores de serviços similares de outro Estado Parte.

O parágrafo 4 do Artigo VII determina que as Listas de Compromissos Específicos serão anexadas ao Protocolo de Montevideu e farão parte integrante do mesmo.

Do processado sob exame consta a Decisão do Conselho do Mercado Comum MERCOSUL/CMC/DEC Nº 9/98, que, à luz de seu Art. 2., aprovou as Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes. O Art. 1. aprova os Anexos ao Protocolo de Montevideu, que estabelecem disposições específicas setoriais. Os Anexos referem-se a quatro setores específicos:

- Movimento de Pessoas Físicas Fornecedoras de Serviços
- Serviços Financeiros
- Serviços de Transportes Terrestre e Aquático
- Serviços de Transporte Aéreo.

Os Anexos acima referidos fazem parte da Decisão do Conselho do Mercado Comum e constam como Apêndice I. As Listas de Compromissos Iniciais dos Estados Partes constam como Apêndice II.

Esclarece a Nota do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem em tela que as Listas de Compromissos do Protocolo de Montevideu inspiram-se no GATS, o acordo de serviços da

Organização Mundial do Comércio. De acordo com a sistemática adotada, a primeira coluna corresponde à lista “positiva” dos setores nos quais os países assumem compromissos de abertura. As duas colunas seguintes elencam, no formato de “lista negativa”, as limitações que serão mantidas em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, especificadas em função dos quatro “modos de prestação” pelos quais os serviços são transacionados internacionalmente, a saber:

1. prestação transfronteiriça;
2. consumo no exterior;
3. presença comercial; e
4. movimento temporário de pessoas físicas.

A quarta coluna lista “compromissos adicionais”, em geral de natureza regulatória, que os países se dispõem a assumir.

A Lista de Compromissos Iniciais do Brasil, que ora se submete ao exame desta Comissão, está dividida em duas partes. A primeira enumera os compromissos chamados “horizontais”, ou seja, aplicáveis a todos os setores de serviços. A segunda refere-se a compromissos de abertura para alguns setores específicos, detalhando as limitações impostas ao acesso ao mercado (Artigo IV do Protocolo de Montevideu) e ao tratamento nacional (Artigo V do Protocolo de Montevideu). Tais setores são: serviços profissionais; comunicações; construção e engenharia; distribuição; serviços financeiros; turismo e viagens e transportes. O documento detalha, na coluna própria, as limitações impostas àqueles setores e indica os eventuais compromissos adicionais assumidos.

A esta Lista Inicial é acrescentada uma outra Lista brasileira, que substitui e amplia os compromissos constantes da Lista Inicial em matéria de telecomunicações, incorporando assim os dispositivos contidos na Lei Geral de Telecomunicações (Lei Nº 9472/97) e na sua legislação complementar.

Para a negociação destas listas foi constituído o Grupo Interministerial de Serviços (GIS), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado pelos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, Transportes, e Comunicações. Integram o Grupo, ademais, o Banco Central,

SUSEP, CERNAL, ANATEL e representantes do setor privado, entre eles a CNC, CNI, bem como diversos Conselhos Profissionais.

A "Lista de Compromissos Iniciais" do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 23 de julho de 1998, e a nova "Lista de Compromissos Específicos" do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em matéria de serviços, adotada pela Decisão nº 1/00, do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 29 de junho de 2000, expressam os primeiros resultados concretos das negociações em curso, no âmbito do Mercosul, visando a liberalização dos diversos setores de serviços dos quatro Países Membros.

Como se sabe, o mercado comum, objetivo do Tratado de Assunção que instituiu o Mercosul, implica, entre outros compromissos, a livre circulação de serviços no espaço econômico ampliado. Trata-se de etapa importante no processo de integração, que resulta no aprofundamento da união aduaneira e na progressiva conformação do mercado comum.

A metodologia empregada para a liberalização dos serviços na sub-região leva em conta o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, incorporado ao direito brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Consagra o princípio da reciprocidade, presente mediante a adoção do tratamento da nação mais favorecida e do tratamento nacional. Garante-se, assim, a abertura recíproca e gradativa dos mercados de serviços, tendo como base não o número de setores que se desregulam, mas o potencial comercial a ser mutuamente oferecido a cada Parte Contratante. Com esse critério, busca-se distribuir de forma equitativa o impacto da desregulamentação na balança de pagamentos de cada um dos Estados Partes. O Artigo VI permite às Partes Contratantes negociarem compromissos específicos distintos daqueles negociados entre os Quatro, mas exige que tais compromissos se tornem públicos mediante a consignação em lista. Tal dispositivo confere aos Estados liberdade de negociar em etapas a abertura de seu mercado de serviços, atendidos certos parâmetros e o princípio da reciprocidade. O Programa de Liberalização do mercado de serviços deverá estar completo em um prazo de dez anos, a partir da data da entrada em vigor do Protocolo (Art. XIX, inciso I).

Cabe lembrar, ademais, que, conforme ressalta o Parecer CJ/CGDI/nº48/00, elaborado pela Consultoria Jurídica do Ministério das

Relações Exteriores, e anexado à fls. 16 ao processado em tela, na medida em que novas listas de compromissos de liberalização forem sendo negociadas, deverão ser submetidas ao crivo do Congresso Nacional, uma vez que ao Poder Executivo não compete alterar discricionariamente o regime jurídico vigente no país no que diz respeito a serviços.

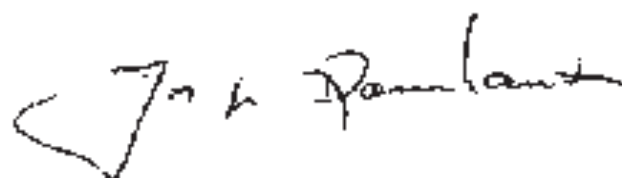
Tendo-se em vista que o setor de serviços está sendo objeto de negociações visando a sua liberalização no foro da Organização Mundial do Comércio, como também no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas, ao Mercosul interessa estabelecer desde já parâmetros que atendam aos interesses da região, os quais, uma vez acordados, não poderão ser modificados em razão de negociações multilaterais subseqüentes, prevalecendo sobre elas.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente Parecer abordou, de forma preliminar, e do estrito ponto de vista do Mercosul, a matéria sob exame. Caberá às Comissões temáticas, pertinentes a cada um dos setores de serviços constantes das Listas de Compromissos em pauta, a sua devida avaliação do ponto de vista do interesse nacional.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para analisar esse ato internacional, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 11 de setembro 2001.

, Presidente



, Relator

MENSAGEM Nº 218, DE 2001**(Do Poder Executivo)****PARECER DA COMISSÃO**

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, o Relatório favorável do Senador Jorge Bornhausen oferecido à MENSAGEM Nº 218/01, que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto da "Lista de Compromissos Específicos iniciais do Brasil, aprovado pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 23 de julho de 1998, e a nova "Lista de Compromissos Específicos" do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 29 de junho de 2000. A Lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da "Lista de Compromissos Específicos Iniciais" adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideú sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL."

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares:

Senador Roberto Requião, Presidente; Deputado Feu Rosa, Secretário-Geral; Senadora Emilia Fernandes, Secretária-Geral Adjunta; Senadores Casildo Maldaner, Jorge Bornhausen, Pedro Piva e Mariuce Pinto; Deputados Confúcio Moura, Paulo Gouvêa, Celso Russomanno, Edinho Bez, Nelson Marchezan e Vicente Caropreso.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2001



Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e
de Defesa Nacional.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 27 - 07 - 2005